

Brasileiro banca sozinho os gastos com remédios

CONJUNTURA

A solitária sina de pagar remédio caro

Governo autoriza reajuste de 5,6% nos medicamentos. Por conta dos preços, brasileiro deixa de seguir prescrição médica

■ ISABEL DOURADO ■ FABRÍQUE PONT ■ MICHELLE FORTLETA

O brasileiro precisa tomar uma dose de produção quando for à farmácia. O governo federal autorizou ontem o reajuste de 5,6% no preço dos medicamentos. O aumento consta em resolução publicada nesta sexta-feira no Diário Oficial do Brasil (DOU). No ano passado, o reajuste no preço dos remédios foi de 10,89%, o segundo maior desde 2012.

O reajuste dos remédios é definido pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMEI). Para chegar ao índice, a CMEI considera o índice de preços estabelecido no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Entram na conta, ainda, fatores de produtividade, ajuste de preços relativos dentro do setor de medicamentos e ajuste de preços relativos entre setores.

A fim de verificar os novos preços cada remédio é avaliado pelo acesso a site da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O portal contém a Lista de Preços de Medicamentos oficial do governo, atualizada mensalmente (https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/medicamentos/medicamentos/lista-precos-de-medicamentos-oficial-do-governo, atualizada mensalmente).



Rua das Farmácias, na 102 Sul: segundo estimativas, 30% dos brasileiros não têm acesso a medicamentos

permissão pela CMEI. Luiz Carlos Monteiro, coordenador da Marca para a Saúde Hospitalar (MSP), afirma que o consumo de medicamentos no Brasil é considerado uma necessidade individual com baixa participação do poder público em análises relacionadas com esses custos. 'O Brasil é a 9ª economia mundial em custo em gasto per capita de medicamento. E quem gasta no Brasil são as pessoas

90% dos gastos em medicamentos vêm do bolso das pessoas e 10% do governo, que é pagador do medicamento', analisa Monteiro.

O alto custo na compra de remédios tem impacto direto na saúde do brasileiro. 'Temos dados de que 8% das prescrições emitidas não são completamente cumpridas, 50% dos pacientes iniciam e param o tratamento, 30% de toda a população não

tem qualquer acesso a medicamentos', comenta o especialista.

Bolso do consumidor

De acordo com o último Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), em setembro do mês de março, a categoria Saúde e cuidados pessoais apresentou a segunda maior variação positiva, com aumento de 1,1% nos preços, após

apenas do grupo de 'Transportes', que ficou 1,0% mais caro em janeiro. Com sucessivos aumentos, fica cada vez mais difícil conciliar as despesas com medicamentos. A aposentada Ana Francisca, de 75 anos, gasta mais de 30% do orçamento doméstico com as prescrições médicas. 'Todo aumento impacta no orçamento. Eu não estava esperando um aumento tão significativo. Com certeza vou ter que cortar alguma coisa considerada supérflua do orçamento', prevê.

Mafione Borges, de 74 anos, também aposentada, precisa tomar oito remédios controlados por dia. Ela conta que, por conta da quantidade de medicamentos consumidos e do alto custo, sempre busca parcelar as compras. 'Em relação aos meus gastos, é uma quantia bem alta. Estão na faixa dos R\$ 2 mil. Vou tentando parcelar em três vezes, e vou pagando. A gente não pode deixar de tomar, né?', lamenta.

Como estratégia para gastar menos, Luiz Carlos Monteiro sugere a adesão ao Programa de Benefícios de Medicamentos (PBM), iniciativa das farmácias que busca oferecer remédios a preços mais acessíveis. 'Vou precisar ainda verificar se o medicamento faz parte de um dos programas que o próprio fabricante desenvolve', acrescenta.

O presidente executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacéuticos (Sindifarma), Nelson Mussolini, explica que o reajuste não deverá ser sentido imediatamente pelo consumidor. O principal motivo, segundo ele, é a reposição de estoques das farmácias em todo o país.

'Nosso experience mostra que o repasse não ocorre de imediato. O aumento nos praticados também depende de outros fatores, como os preços praticados pela concorrência, se as farmácias continuarem dando os descontos e se as farmácias demoram a repor o estoque', diz Mussolini.

O economista Giacomo Balbinotto, pesquisador da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), avalia que indústrias farmacéuticas podem demorar até dez dias para ajustar seus estoques e fazerem novas vendas. 'É provável que muitos consumidores tenham feito estoques antes do aumento e isso não irá se refletir muito no bolso dos consumidores de uma maneira imediata. Contudo os mais afetados serão aqueles que fazem uso de remédios de uso contínuo, indicados para doenças crônicas como cardiopatias, diabetes entre outras', afirma.

'Estagiários sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza'

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Economia Pagina: 7